VICTOR PATUTTI GODOY

**A PROTEÇÃO JURÍDICA DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE TRANSGÊNERO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Titular Dr. Rui Geraldo Camargo Viana

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO/SP

2019

VICTOR PATUTTI GODOY

A PROTEÇÃO JURÍDICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TRANSGÊNERO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Dr. Rui Geraldo Camargo Viana.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO/SP

2019

Dedico este trabalho à memória de João W. Nery e à sua inestimável herança na luta pela libertação da autoidentidade humana.

Dedico este trabalho a todos os Joãos e a todas as Marias, os que nasceram assim e os que se sentem assim.

Eu dedico este trabalho a você, que já se sentiu errado ou discriminado simplesmente por ser quem você é.

Eu dedico este trabalho a todos que estão do mesmo lado que eu: lutando pela liberdade.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Rui Geraldo Camargo Viana, por acreditar no potencial deste projeto e por me dar a oportunidade de vivenciar a experiência do Mestrado. E, acima de tudo, pela honra de ser orientado pelo magistrado responsável por dar o pontapé inicial da luta trans no Poder Judiciário brasileiro.

Ao Leonardo Rocha, por acreditar em mim como ninguém. Por sonhar e lutar comigo. Por me ensinar coisas sobre a vida e sobre mim mesmo que são essenciais para que eu continue no caminho daquilo que sou e acredito. E por nunca desistir de caminhar ao meu lado, seja pra onde for.

À Gabrielly Ciurcio, por ser meu porto seguro incondicional e onipresente. Por abrir minha mente, me ensinar e me incentivar. Por me transformar.

À Thatiane Luz, por me ensinar a ser eu mesmo e por nunca soltar a minha mão em absolutamente nenhum momento de toda a minha caminhada. Por acompanhar de perto todo o meu processo de autoconhecimento e por estar ao meu lado me fazendo sempre ter orgulho de ser quem sou.

À Camila Patutti Godoy, pela sempre impecável revisão e por sempre compartilhar dos meus sonhos como se fossem seus. Por, muitas vezes, acreditar em mim mais do que eu mesmo – e sabemos que a recíproca também é verdadeira.

Aos meus pais, Vera e Ademir, por todo o suporte familiar, estrutural e emocional que me permitiu chegar até aqui e passar por todos os desafios que enfrentei.

À Letícia Corrêa, pela semente que desabrochou neste trabalho e por me ensinar como ninguém que o mundo é muito maior do que a minha mente. Pelo exemplo de determinação, de coerência e de amizade.

À Isadora Diniz, uma das minhas grandes inspirações e esperanças da jovem geração jurídica de nosso país. Por acreditar e lutar por seus ideais em todos âmbitos da sua vida e por fazer questão de sempre me lembrar de todos os motivos que eu tenho para sorrir.

À Jéssica Bussioli, por simplesmente ser um exemplo de ser humano a ser seguido. Um exemplo de amor, de confiança, de amizade e de preocupação com o bem-estar social. Por sempre ter as palavras e as atitudes certas pra me deixar de cabeça erguida pelo meu passado, no meu presente e para o meu futuro.

À Patricia Russo, por nunca me deixar questionar meu potencial e por sempre dar um incrível suporte para todos os meus planos e desejos. Por me acompanhar desde a nossa entrada no universo jurídico e se transformar em um dos pilares da minha formação e constante evolução enquanto pessoa.

Ao Hugo Wingeter, pelo companheirismo dentro e fora do mundo jurídico e pela amizade incondicional. Por partilhar dos mesmos anseios e, apesar de qualquer diferença, sempre me inspirar a ser uma pessoa melhor.

À Livia Nishibe, por me apresentar um novo mundo a cada abraço.

À Thais Migliorança Munhoz, por sempre me apoiar na busca dos meus sonhos e por possibilitar, com todo o carinho e compreensão do mundo, a conciliação da minha carreira profissional com as outras demandas da minha vida.

À Ladimeire Godoy Sahyeg, por ser uma anfitriã digna de um hotel cinco estrelas e por todo o carinhoso cuidado durante minhas idas a São Paulo, que renderam muitas histórias e risadas e originaram lembranças que sempre vou guardar de uma maneira muito especial.

Aos meus professores, todos eles, sem exceção, por dedicarem suas vidas à transmissão do conhecimento que possuem, e principalmente àqueles que incentivam o pensamento crítico e o questionamento social de seus alunos.

À Dr.^a Nina Beatriz Stocco Ranieri, pela orientação acadêmica ao longo do Mestrado e por despertar um pesquisador mais crítico, consciente e confiante em mim.

Ao Dr. Renato Siqueira De Pretto, por toda a formação profissional e por todo o ensinamento acadêmico, sendo uma das maiores influências do competente e comprometido magistrado que quero ser.

Ao Dr. Alexandre Saadeh e à Regina Bucco, pela pronta atenção e pelas contribuições no desenvolvimento desta pesquisa. Mas, principalmente, pelo excepcional trabalho desenvolvido em favor de nossas crianças e de nossos adolescentes transgêneros.

À Fátima Campos, por me ajudar a me encontrar, a organizar quem sou e a continuar com meus planos da melhor maneira possível.

E, por fim, mas não menos importante, a todos que contribuíram de alguma forma na indicação de material de leitura e de referências bibliográficas fundamentais para a elaboração desta pesquisa.

“Continuem a nossa luta por nossos direitos, se unam, não oprimam os nossos irmãos oprimidos, já por tanta transfobia e sofrimento. (...) Façam grupos, ampliem a rede, se orgulhem de ser trans.

Faremos um novo mundo! Mais humano, sem machismo, preconceito ou misoginia. Votem em candidatos que defendam os direitos LGBT. (...)

E não se acovardem.

Ser o que somos não tem preço.

Viver uma mentira nos enlouquece.”

João W. Nery
(1950-2018)

RESUMO

GODOY, Victor Patutti. *A proteção jurídica da criança e do adolescente transgênero*. 2019. 243f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho tem a finalidade de proceder a um estudo sobre a proteção das crianças e dos adolescentes transgêneros no Brasil, partindo da premissa de que a população transgênera é extremamente invisibilizada e marginalizada em nossa sociedade, inclusive dentro do próprio movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais). A partir disso, a questão será analisada diante da discussão acerca do discernimento do indivíduo em relação à sua identidade de gênero, com o fito de permitir sua submissão às medidas de efetivação do processo de transição sem qualquer prejuízo ao seu crescimento pessoal e social. Ocorre que existe uma extensa previsão de limitações impostas pelo Estado e pelos responsáveis legais do menor para tanto, o que acaba por coibir seu livre desenvolvimento pessoal. Diante desse cenário, buscar-se-á questionar os limites dessas intervenções para que seja garantida, de forma efetiva, a livre vivência da identidade de gênero pelo indivíduo, sem, contudo, se olvidar das restrições impostas pelo processo de evolução de seu discernimento na mais tenra idade e da influência que o meio em que ele se desenvolve exerce sobre seu processo de maturação.

Palavras-chave: Transgêneros. Criança e adolescente. Proteção integral.

ABSTRACT

GODOY, Victor Patutti. *The legal protection of transgender children and teenagers*. 2019. 243p. *Dissertation (Masters in Civil Law)* – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

This study aims to analyze the protection of transgender children and teenagers in Brazil, starting from the premise that the transgender population is extremely invisible and marginalized in our society, including within the LGBT (Lesbians, Gays, Bisexuals and Transsexuals) movement itself. From this, the question will be analyzed in the discussion about the individual's discernment in relation to his gender identity, in order to allow his submission to the effective measures of the transition process without any prejudice to his personal and social growth. It occurs that there is an extensive prediction of limitations imposed by the State and by the legal responsible of the minor for that, which ends up curtailing their free personal development. In view of this scenario, it will be sought to question the limits of these interventions in order to guarantee, in an effective way, the free living of the gender identity by the individual, without, however, forgetting the restrictions imposed by the process of evolution of their discernment in a young age and the influence that the social environment in which he/she develops exerts on him/her process of maturation.

Keywords: Transgender. Child and teenager. Full protection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRANSGÊNEROS	15
1.1 Conceitos relevantes	16
1.2 O gênero e a identidade de gênero.....	20
1.2.1 A evolução do papel da mulher na sociedade e no Direito brasileiro	21
1.2.2 A evolução dos estudos sobre gênero.....	30
1.2.3 A construção da identidade de gênero	31
1.3 A pauta transgênera na atualidade e a importância de um estudo interdisciplinar ..	36
2 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE TRANSGÊNERO	39
2.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente	40
2.2 O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	46
2.3 O Poder Familiar.....	50
2.4 O papel do Ministério Público e da Defensoria Pública na tutela dos interesses das crianças e dos adolescentes transgêneros	61
2.5 A proteção internacional da criança e do adolescente	64
3 ANÁLISE PSICOLÓGICA DO MENOR TRANSGÊNERO	67
3.1 Breve histórico da disciplina psiquiátrica e psicológica dispensada aos transgêneros	69
3.2 Considerações da Psicologia da criança e do adolescente por Piaget.....	73
3.2.1 Período da inteligência sensório-motora (do nascimento a 2 anos de idade) ..	75
3.2.2 Período de preparação e de organização das operações concretas de classes, relações e número (de 2 a 11-12 anos de idade)	77
3.2.3 Período das operações formais (de 11-12 a 13-14 anos de idade).....	79
3.2.4 Fatores que interferem nas variações entre as idades limites	80
3.3 O discernimento do menor na compreensão das questões de gênero.....	82
4 ANÁLISE SOCIAL DO MENOR TRANSGÊNERO	86
4.1 A construção da sexualidade por Michel Foucault	90
4.2 Influência do meio social em que o menor vive na construção da sua identidade de gênero	94
5 ANÁLISE JURÍDICA DO MENOR TRANSGÊNERO	102
5.1 Dos direitos da personalidade ao direito geral de personalidade	103
5.2 Breve histórico da disciplina jurídica dispensada aos transgêneros	109
5.3 Legislação e jurisprudência sobre transgêneros	119
5.4 Consequências jurídicas do reconhecimento de um indivíduo transgênero	120

5.5 Eventuais limitações jurídicas para o reconhecimento de um menor transgênero	128
6 A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TRANSGÊNERO PELO ESTADO	130
6.1 A regulamentação estatal das questões referentes aos transgêneros	131
6.2 Medidas intervencionistas estatais aos transgêneros	136
6.2.1 O Projeto de Lei n. 5.002/13	140
6.3 Propostas de alterações e elaborações normativas visando à integral proteção do menor transgênero	147
7 A PROTEÇÃO, PELA FAMÍLIA, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TRANSGÊNERO SUBMETIDO AO PODER FAMILIAR	158
7.1 O papel da família na proteção do menor transgênero	160
7.2 Limitações ao poder familiar pelo princípio do melhor interesse do menor	164
7.3 Propostas de proteção integral ao menor transgênero em face do poder familiar com interesse conflitante	167
8 O DEBATE SOBRE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA	170
8.1 A Proposta De Emenda à Lei Orgânica do Município de Campinas/SP n. 145/2015	172
8.2 A Proposta e a comunidade LGBT	175
8.3 A Proposta e o Direito à Educação	177
8.3.1 A Proposta e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação	179
8.4 (In)Constitucionalidade da Proposta	182
8.4.1 A constitucionalidade formal da Proposta	183
8.4.2 A constitucionalidade material da Proposta	185
8.5 Posicionamentos recentes do STF sobre o tema	189
8.5.1 ADPF 526 – Foz do Iguaçu/PR	189
8.5.2 ADPF 465 – Palmas/TO	190
8.5.3 ADPF 461 – Paranaguá/PR	192
8.6 Conclusões sobre a Proposta	192
9 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE TRANSGÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO	195
9.1 O Brasil e o menor transgênero	195
9.1.1 Caso Luiza (Mato Grosso)	198
9.1.2 Caso Arthur (Espírito Santo)	200
9.1.3 Bloqueio de puberdade (Minas Gerais)	201
9.1.4 Adoção de criança transgênera por mulher trans (Pernambuco)	203
9.1.5 AMTIGOS (São Paulo)	204
9.2 O menor transgênero no Direito estrangeiro	205
9.2.1 Canadá	207

9.2.2 Argentina.....	210
9.2.3 Estados Unidos da América	213
9.3 Casos de menores transgêneros em outros países	216
9.3.1 Caso Coy (EUA).....	217
9.3.2 Caso Jazz Jennings (EUA).....	218
9.3.3 Caso Isaak Wolfe (EUA).....	219
9.3.4 Caso Luana (Argentina)	219
9.3.5 Caso Natalia (Argentina)	220
9.3.6 Caso Wren Kauffman (Canadá)	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
ANEXO I – PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO	235

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do presente trabalho pretende analisar a situação das crianças e dos adolescentes transgêneros no país, discorrendo sobre suas consequências jurídicas a partir do estudo de diversas áreas de conhecimento, sobretudo a da Sociologia e a da Psicologia.

A celeuma da questão cinge-se, a princípio, na invisibilidade a que a população transgênera é submetida na sociedade, inclusive dentro do próprio movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), cujas pautas abrangem esses indivíduos de maneira extremamente tímida e segregacionista.

A questão fica ainda mais delicada, entretanto, diante da abordagem dos transgêneros menores de idade, já que uma das maiores discussões acerca do tema diz respeito à maturidade e certeza do indivíduo em relação ao seu gênero antes de sua submissão às medidas de efetivação dessa transição, como, por exemplo, a mudança de nome e a cirurgia de transgenitalização.

Assim sendo, é comum que haja a intervenção estatal nesses casos, proibindo ou dificultando o desenvolvimento do menor nesse sentido, sob o pretexto de que este não possui capacidade jurídica para se posicionar em relação a uma decisão desse porte, motivo pelo qual o Estado estaria protegendo-o ao impedir que o caso fosse levado adiante. Ocorre que essa intervenção, muitas vezes, acabar por coibir o livre desenvolvimento pessoal da criança e do adolescente, além de ir contra o princípio do livre planejamento familiar previsto no artigo 226, § 7º, da Constituição Federal nas hipóteses em que há o consentimento e apoio dos pais na circunstância.

Por outro lado, pode ocorrer a oposição dos próprios genitores do menor no tocante à situação por este enfrentada, momento no qual deve haver uma análise acerca dos limites do próprio poder familiar em detrimento da consciência de gênero da criança e do adolescente, cuja proteção é pressuposto das relações familiares.

Sabe-se que, atualmente, o exercício do poder familiar pressupõe o atendimento dos interesses da criança e do adolescente, motivo pelo qual

convém o questionamento dos limites entre a proteção e o óbice ao sadio desenvolvimento do menor.

Nesse diapasão, pretende-se realizar uma abordagem crítica acerca da possibilidade do reconhecimento de menores transgêneros, com a devida incidência das consequências jurídicas disso decorrentes, ainda que colidindo com orientações estatais ou com a anuência de seus pais ou responsáveis legais, tudo sob a égide do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

A relevância do tema estudado fundamenta-se na circunstância de que a existência de identidade de gênero diversa daquela biologicamente atribuída ao indivíduo é um fato social inquestionável. Como tal, mostra-se inconcebível, sob qualquer perspectiva, que o Direito feche os olhos para a parcela da população transgênera, marginalizando-a em manifesta violação das diretrizes axiológicas constitucionais que devem permear todo o ordenamento jurídico.

Independentemente de qualquer posicionamento científico, teórico, conceitual, religioso, filosófico ou político, é imprescindível lembrar que os transgêneros são seres humanos e cidadãos e, enquanto tais, merecem a tutela para que vivam da maneira mais digna e igualitária possível. Questionar isso significa, em última instância, colocar em xeque, sem qualquer justificativa ponderativa para tanto, princípios basilares de nossa ordem constitucional, como a dignidade da pessoa humana e a igualdade.

Vivemos em um Estado Democrático de Direito que tem como um de seus fundamentos a promoção da dignidade da pessoa humana e que possui os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzindo as desigualdades e promovendo o bem de todos, sem preconceitos e discriminações de qualquer espécie. Diante disso, segregar reconhecimento e direitos a determinados cidadãos, simplesmente devido à sua identidade de gênero, significaria ir contra o desígnio do constituinte de 1988, contradizendo as premissas básicas que se pretendeu instituir em nossa nação após o fim do período ditatorial.

Por mais que ainda haja grande resistência de bancadas legislativas, de parte do Poder Judiciário e, principalmente, da sociedade, a Lei Maior da nação possui uma orientação que não permite a prática de discriminação contra qualquer cidadão, devendo ser garantido a todos o amplo e irrestrito exercício dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos, de modo que possam desenvolver sua vida com base na dignidade e demais valores intrínsecos ao ser humano.

A importância do tema mostra-se, ainda, diante da marginalização da população transgênera, inclusive dentro do próprio movimento LGBT, que se vê desprovida de respaldo legal substancial para que possa viver de acordo com sua identidade de gênero, o que viola de forma manifesta o princípio da dignidade da pessoa humana e, no caso de crianças e adolescentes, o princípio do melhor interesse do menor.

Ocorre que, apesar disso, questiona-se se a intervenção estatal e familiar nesses casos não configuraria, justamente, a garantia da proteção integral por meio da efetividade desses princípios, uma vez que, em tese, o menor não teria o discernimento necessário para a tomada de uma decisão desse porte, o que justificaria a substituição de sua vontade por políticas de Estado e pela orientação daqueles que exercem sobre ele o poder familiar.

Nessa esteira, resta evidente a relevância de se realizar um estudo com viés protetivo em prol dos menores transgêneros e das limitações das intervenções estatal e familiar ao seu reconhecimento, sob a análise dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, além do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Insta considerar, ainda, que, em consulta realizada em janeiro de 2019 nas maiores bases de dados de estudos científicos do país¹, não foi localizada nenhuma pesquisa acadêmica dedicada exclusivamente às crianças e aos

¹ Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Bibliotecas Digitais da USP (Universidade de São Paulo) e da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

adolescentes transgêneros na área do Direito, de modo que o presente trabalho se mostra pioneiro e de vital relevância para o avanço dos estudos jurídicos sobre o tema.

Em razão disso, somado à omissão legislativa acerca da disciplina dos menores transgêneros, inclusive nos projetos de lei mais avançados em trâmite, a presente pesquisa também possui outro objetivo: servir de base teórica para a proposição de uma regulamentação legal que seja eficazmente protetiva às crianças e aos adolescentes que não se identificam com seu gênero de nascimento. Para tanto, será apresentada em anexo uma proposta de projeto de lei nesse sentido, tendo como inspiração o PL da Lei de Identidade de Gênero (PL n. 5.002/13) e legislações estrangeiras pioneiras sobre a questão, além dos dados obtidos nesta pesquisa.

Ante o exposto, o estudo revela-se de inegável importância social e jurídica, tanto teórica como prática. Teórica, porque é necessário que haja uma análise crítica acerca do conflito supranarrado, com o fito de se obter uma fundamentação, sobretudo jurídica, para que haja uma tutela efetiva do desenvolvimento independente da consciência de gênero do menor, de modo a garantir maior efetividade na proteção de seus direitos com fulcro em seu melhor interesse. Prática, por sua vez, devido à imprescindibilidade de extinguir o preconceito e garantir a eficácia da repressão contra atos opressores, diante dos monstruosos dados estatísticos de ofensas, agressões e até mortes de indivíduos transgêneros, que se veem impossibilitados de desenvolver uma vida digna sem o reconhecimento de seu estado de gênero, característica pessoal intrínseca à intimidade do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão relativa às crianças e aos adolescentes transgêneros, como amplamente estudado, ainda carece de atenção estatal no tocante à sua regulamentação. Desse modo, o silêncio sobre o tema compromete, na prática, a efetivação dos direitos fundamentais dessa parcela da população, que depende da burocrática autorização judicial para tanto.

A realidade enfrentada pelos menores transgêneros representa uma inegável violação aos princípios que visam à garantia de sua proteção e de seu melhor interesse, uma vez que não possuem qualquer respaldo eficaz às suas demandas íntimas e pessoais.

A situação da comunidade LGBT em nosso cenário nacional revela uma sociedade que, além de preconceituosa, discriminatória e marginalizadora, não se mostra interessada ou mobilizada perante a questão. Com isso, a inércia legislativa e a morosidade judicial, somadas à ausência de políticas públicas em prol desses indivíduos, contribuem para a manutenção dos estigmas sociais que envolvem a sexualidade e a autopercepção de gênero.

Esse quadro poderia ser amenizado, é claro, pela movimentação conjunta dos três Poderes em favor dos interesses dessa minoria, mas isso não é visto na prática. Ao mesmo tempo, a Educação e a mídia possuem um papel central na conscientização da população e na propagação de informações sobre o assunto, cujos potenciais devem ser aproveitados ao máximo por seus respectivos responsáveis.

Sob o ponto de vista jurídico da problemática, acredita-se que a elaboração de uma legislação federal específica protetiva e inclusiva às crianças e aos adolescentes transgêneros é uma medida que se impõe com urgência, uma vez que se encontram absolutamente marginalizados de qualquer disciplina legal. Esse fato os coloca em uma situação de alarmante perigo, tendo em vista a condição peculiar em que se encontram, conforme reconhecido pelo artigo 6º do ECA. Essa necessidade de tutela específica exige uma atenção especial do

Estado para a questão, de modo que o silêncio sobre a questão se revela inadmissível em nossa dinâmica constitucional.

Por isso, a presente pesquisa servirá de fundamento para a sugestão de um projeto de Lei de Identidade de Gênero, inspirado e à semelhança do PL 5.002/13 e das legislações estrangeiras correlatas, com destaque à argentina e à canadense. A conveniência da atual proposta, porém, reside na minuciosa atenção dada à disciplina sob o prisma do melhor interesse da criança e do adolescente, visando à sua integral proteção e à garantia de seu desenvolvimento sadio de acordo com suas próprias concepções sobre si.

Com isso, a disciplina proposta enfrentará expressamente a problemática dos menores transgêneros, buscando o que se acredita ser a melhor e mais razoável solução para o problema de sua invisibilidade perante o Estado.

Destarte, propõe-se, em um primeiro momento, a alteração das idades mínimas exigidas para a submissão do indivíduo ao processo transgenitalizador, que pode ser sintetizado da seguinte maneira: (i) acompanhamento clínico e psicológico para qualquer idade; (ii) 8 anos para o bloqueio de puberdade; (iii) 14 anos para os demais tratamentos hormonais e procedimentos simples; e (iv) 18 anos para procedimentos cirúrgicos. Essas idades, entretanto, não possuem um caráter absoluto, podendo serem relativizadas de acordo com uma triagem a ser realizada pela equipe multidisciplinar, composta também por um pediatra, ou mediante comando judicial, cujas fundamentações deverão considerar as influências exercidas pelo meio social em que a criança e o adolescente se desenvolveram na construção de sua consciência de gênero.

Ademais, sugere-se que a conclusão do diagnóstico médico deve resultar negativa apenas na hipótese de eminente risco de dano grave à saúde física ou mental do transgênero, dispensando-se o então necessário “diagnóstico de transexualismo”. Entende-se, também, que o acompanhamento pela equipe multidisciplinar não deve ser exigido por um período mínimo, cabendo aos profissionais competentes determinarem a necessidade e a conveniência da medida por meio de uma avaliação continuada.

No que diz respeito à intervenção do poder familiar no livre desenvolvimento do menor, a proposta consiste na elaboração de uma legislação que possibilite o suprimento judicial do consentimento dos pais ou dos representantes legais do menor em relação às intervenções realizadas pelo Sistema Único de Saúde. O procedimento deverá ser simples e célere, contando com a assessoria integral e gratuita da Defensoria Pública e com a intervenção do Ministério Público como *custos legis*.

Sugere-se que os julgamentos dos casos submetidos a esse procedimento fundamentem-se no parecer de equipe multiprofissional à disposição do Juízo, bem como nas provas produzidas durante a instrução processual – pericial, testemunhal e, se o caso permitir, depoimento pessoal das partes.

Com isso, acredita-se que as crianças e os adolescentes transgêneros teriam maior facilidade e mais instrumentos disponíveis para a promoção de seus Direitos Humanos, situação cuja urgência se revela diante da omissão do Estado sobre o assunto e da discriminação a que essa comunidade é submetida em nossa sociedade.

A evolução social e a recepção das pautas transgêneras devem ocorrer em consonância com a abordagem da questão pelo Direito, que deverá utilizar suas diversas ferramentas disponíveis para a integral proteção de nossas crianças e de nossos adolescentes sem qualquer distinção. Uma das mais brilhantes, embora árduas, missões do Direito é erradicar de nossa sociedade as desigualdades, as discriminações e os preconceitos. Garantir a observância dos princípios constitucionais é uma função intrínseca à atuação do jurista em nossa atualidade, não sendo admissível qualquer desídia da Justiça em sentido contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Denise de. *Bloquear puberdade: saiba como é o tratamento para crianças transgênero*. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/08/10/bloquear-puberdade-saiba-como-e-o-tratamento-para-criancas-transgenero.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Disponível em: <http://www.ipqhc.org.br/pag_detalhe.php?id=261>. Acesso em: 28 abr. 2018.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. *Supporting & Caring for Transgender Children*. Disponível em: <<https://assets2.hrc.org/files/documents/SupportingCaringforTransChildren.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BALIARDO, Rafael. *História dos gays será ensinada na Califórnia*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2011-jul-16/eua-primeira-lei-incluir-historia-gays-grade-escolar>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BATISTA, Henrique Gomes. *EUA têm 50 projetos de lei que tentam limitar direito de transgêneros*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/eua-tem-50-projetos-de-lei-que-tentam-limitar-direito-de-transgeneros-19275265>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BAUDEWIJNTJE, PC; COHEN-KETTENIS, PT. Puberty suppression in gender identity disorder: the Amsterdam experience. *Nature Reviews Endocrinology*, v. 7, p. 466-472, mai., 2011. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nrendo.2011.78>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BBC. *Argentine Senate backs bill legalising gay marriage*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/10630683>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BONTEMPO, Alessandra Gotti. O Direito das Crianças à Plena Fruição dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: O direito de ter direitos no Futuro. In: *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. (org. Sarmento, Daniel et. al.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde do adolescente: competências e habilidades*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BUCKLEY, Cara. *Saga de criança transgênero e sua família nos EUA vira tema de documentário*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2016/06/13/saga-de-crianca-transgenero-e-sua-familia-nos-eua-vira-tema-de-documentario.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAESAR, Gabriela. *Quase 300 transgêneros esperam cirurgia na rede pública 10 anos após portaria do SUS*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/08/19/quase-300-transgeneros-esperam-cirurgia-na-rede-publica-10-anos-apos-portaria-do-sus.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CAMPINAS. *Lei Orgânica do Município de Campinas*. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.leg.br/atividade-legislativa/lei-organica/Lei%20Organica%20do%20Municipio.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Lei Municipal nº 12.501, de 13 de março de 2006. *Institui o Sistema Municipal de Ensino*. Disponível em: <http://sagl.campinas.sp.leg.br/generico/pdfJS/viewer_html?file=http://sagl.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/8824_texto_integral.pdf?1520786680.27>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Lei Municipal nº 15.029, de 24 de junho de 2015. *Plano Municipal de Educação*. Disponível em: <<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/12861>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. *Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 145/2015*. Disponível em: <http://sagl.campinas.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MzAwOTY2>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CAMPOS, Gustavo Ferraz de. *A proteção da criança no cenário internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

CANADA. *Bill 89*. Disponível em: <<https://www.ola.org/en/legislative-business/bills/parliament-41/session-2/bill-89>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. *Bill C-16*. Disponível em: <<https://openparliament.ca/bills/42-1/C-16/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. *Bill C-38*. Disponível em: <<https://openparliament.ca/bills/42-1/C-38/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CARANGELO, Lori. *The adoption and donor conception factbook*. California: Access Press, 2018.

COHEN-KETTENIS, PT; DEKEMARE-VAN DE WAAL, HA; GOOREN, LJ. The treatment of adolescent transsexuals: changing insights. *Journal of Sexual Medicine*, v. 5, n. 8, p. 1892-1897, jul., 2008. Disponível em: <[https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(15\)32124-X/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(15)32124-X/fulltext)>. Acesso em: 16 jan. 2019.

COHEN-KETTENIS, PT; VAN GOOZEN, SH. Pubertal delay as an aid in diagnosis and treatment of a transexual adolescnct. *European Child & Adolescent Psychiatry*, v. 7, n. 4, p. 246-248, dez., 1998. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs007870050073>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Acolhimento da Pessoa LGBT no Cárcere*. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/7a75f9b7bfc4cecb5e79b8f1c26c92b.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

DELGADO, José Augusto. *Estatuto da mulher casada: efeitos da lei 4.121/62*. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 69, n. 539, p. 20-24, set. 1980. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/16157>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

DEPARTMENT OF JUSTICE. THE UNITED STATES. *Matthew Shepard and James Byrd Jr Act*. Disponível em: <<https://www.justice.gov/crt/matthew-shepard-and-james-byrd-jr-hate-crimes-prevention-act-2009-0>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DIAS, Maria Berenice. *A mulher no Código Civil*. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. *Homoafetividade e os direitos LGBTI*. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

DINIZ, Maria Helena. *O estado atual do biodireito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DIÓGENES, Juliana; MOREIRA, René. *Garoto trans barra a puberdade na Justiça*. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,garoto-trans-barra-a-puberdade-na-justica,70001926484>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

EL MUNDO. *Argentina autoriza por primera vez una operación de cambio de sexo a un menor*. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/09/26/internacional/1190758933.html>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIAS, Adriana. *Criança de 9 anos é a primeira no Brasil a ser autorizada pela Justiça a mudar de nome e gênero*. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/crianca-transexual-primeira-justica-nome-genero-mudanca/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

FINGER, Julio César. *Constituição e direito privado: algumas notas sobre a chamada constitucionalização do direito civil*. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado*. Porto Alegre: Livre. Advogado Ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

G1. *Canadá poderá adotar o sexo neutro, 'X', em documentos de identidade*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/canada-podera-adotar-o-sexo-neutro-x-em-documentos-de-identidade.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. *Congresso da Argentina aprova lei de identidade de gênero*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/congresso-da-argentina-aprova-lei-de-identidade-de-genero.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. *Menino consegue na Justiça mudar para gênero feminino e trocar de nome*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/01/menino-consegue-na-justica-mudar-para-genero-feminino-e-trocar-de-nome.html>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. *Juiz autoriza mudança de gênero e nome para brasileira de 9 anos*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/juiz-autoriza-mudanca-de-genero-e-nome-para-brasileira-de-9-anos.html>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. *Trump anula norma que permitia aos transexuais escolher banheiro nas escolas*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/trump-anula-norma-que-permitia-aos-transexuais-escolher-banheiro-nas-escolas.ghtml>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

G1 Campinas e Região. *Câmara amplia segurança para novo debate de veto à ideologia de gênero*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/11/camara-amplia-seguranca-para-novo-debate-de-veto-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

_____. *Sob tensão, Câmara de Campinas rejeita a chamada ideologia de gênero*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/06/sob-tensao-camara-de-campinas-rejeita-chamada-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Novo curso de direito civil: parte geral*. 5. ed. , v. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Novo curso de direito civil, volume 6: direito de família*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Princípios Constitucionais de Direito de Família: guarda compartilhada à luz da Lei 11.698/08, família, criança, adolescente e idoso*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GAZETA ONLINE. *Adolescente recorre ao Judiciário para trocar de nome e de gênero.* Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/10/adolescente-recorre-ao-judiciario-para-trocar-de-nome-e-de-genero-1014105334.html>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Esquematizado*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Direito Civil Brasileiro, volume I: parte geral*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONTIJO, Juliana. *Transexualismo*. Disponível em: <<http://www.ensaio.org/direito-de-familia-no-cdigo-civil-de-10102.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GOVERNMENT OF CANADA. *Rainbow Refugee Assistance Pilot Program extended*. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/news/2018/03/rainbow-refugee-assistance-pilot-program-extended.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

_____. *Rights of LGBTI persons*. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/canadian-heritage/services/rights-lgbti-persons.html>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

GRANT, Japhy. *A New Argentina Overturns Gay Military Ban*. Disponível em: <<https://www.queerty.com/a-new-argentina-overtuns-gay-military-ban-20090302>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

GREEN, Emma. *Why the Trump Administration Won't Ask About LGBT Americans on the 2020 Census*. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/politics/archive/2017/03/trump-census-lgbt/521229/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes Violentas de LGBT no Brasil – Relatório 2017*. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HEMBREE, WC; COHEN-KETTENIS, PT; DEKEMARE-VAN DE WAAL, HA; GOOREN, LJ; MEYER, WJ III; SPACK, NP; TANGPRICHA, V; MONTORI, VM. Endocrine treatment of transsexual persons: an endocrine society clinical guideline. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 94, n. 9, p. 3132-3154, set., 2009. Disponível em:

<<https://academic.oup.com/jcem/article/94/9/3132/2596324>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). *Justiça de Pernambuco concede guarda de criança transexual para mulher trans*. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6135/Justi%C3%A7a+de+Pernambuco+concede+guarda+de+crian%C3%A7a+transexual+para+mulher+trans>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

ISHIDA, Válder Kenji. *Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

JACOBS, Sharon. *Amor é amor: como o casamento entre pessoas do mesmo sexo se tornou um direito nos EUA*. Disponível em: <<https://share.america.gov/pt-br/a-suprema-corte-dos-eua-decide-que-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-e-um-direito/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

KOHLBERG, L. A cognitive-developmental analysis of children's sex-role concepts and attitudes. In: Maccoby, E. *The development of sex differences*. Sanford, CA: Stanford University Press, 1966.

LIBERATI, Wildon Donizeti. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 11 ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

LÔBO, Paulo. *Constitucionalização do Direito Civil*. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 33, 1 jul. 1999. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/507>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MATEOS, Gabriela. *Crianças transexuais: 10 histórias que vão emocionar você*. Disponível em: <<https://hypescience.com/criancas-transexuais/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOLLER, Maria Angélica. (org.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. 1. ed. São Paulo: EDUC, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Nota Técnica nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Direito e Diversidade*. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Direito_Diversidade.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI*. Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MONTEIRO, Washington de Barros; TAVARES DA SILVA, Regina Beatriz. *Curso de direito civil, 2: direito de família*. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NARVAZ, Martha Giudice. (2009). *A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 2009.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Estatuto da criança e do adolescente comentado: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. São Paulo: Saraiva, 1991.

NUNES, Adeildo. *Da execução penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

O GLOBO. *Pentágono contraria Trump e permite alistamento de transgêneros*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/pentagono-contraria-trump-permite-alistamento-de-transgeneros-22177600>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. *Trump proíbe uso de banheiros de acordo com identidade de gênero*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/trump-proibe-uso-de-banheiros-de-acordo-com-identidade-de-genero-20967314>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

OLIVON, Beatriz. *Os melhores países para os gays*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/os-melhores-paises-para-os-gays/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ONUBR (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL). *ONU parabeniza Argentina por lei de identidade de gênero*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-parabeniza-argentina-por-lei-de-identidade-de-genero/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Nota Técnica sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha à violência doméstica contra transexuais e travestis*. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/03/OABComDiversidade_notatecnicaLMPtrans11082014.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

PARAENSE, Leando Lopes Pontes. Direito à identidade sexual: o desencaixe jurídico-social do transexual. In: *Revista do programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia*. n. 12, p. 133-156. Salvador, 2005.

PASCOTO, Renata. *Primeiras manifestações de identidade de gênero: um estudo com crianças de 16 a 18 meses*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. *Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

_____. *Instituições de direito civil*. 25. ed. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2012.

PEW RESEARCH CENTER. *Changing Attitudes on Gay Marriage*. Disponível em: <<http://www.pewforum.org/fact-sheet/changing-attitudes-on-gay-marriage/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PIAGET, Jean. *A epistemologia genética: sabedoria e ilusões da filosofia; problemas de psicologia genética*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamra Daeir, Celia E. A. Di Piero. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Angela Limongi Alvarenga (Org.). *Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar*. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: direito de família*. 28. ed., rev. e atual. por Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2004.

RUTHERFORD, Alexandra. O Feminismo precisa da Psicologia? Reconstruindo a história de uma relação. In: F. T. Portugal & A. M. Jacó-Vilela (Orgs.). *Clio-Psyché: Gênero, psicologia, história* (p. 23-41). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012.

SABAT, Ruth. *Pedagogia cultural, gênero e sexualidade*. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, v. 1, p. 8-21, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 91,

mai/ago 2005, pp. 361-378. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. *Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social*. Revista do NUFEN, v. 5, n. 1, Ano V, 2013. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Guia Prático de Atualização. Disforia de Gênero*. Disponível em:
<http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/06/19706c-GP-Disforia-de-Genero.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SOUSA, Felipe. *Adolescente trans consegue na Justiça direito de ser chamado pelo nome social em escola no ES*. Disponível em:
<<http://pheeno.com.br/2018/02/adolescente-trans-consegue-na-justica-direito-de-ser-chamado-pelo-nome-social-em-escola-no-es/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SPARTACUS. *Gay Travel Index 2018*. Disponível em:
<https://spartacus.gayguide.travel/gaytravelindex_2018.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de personalidade e sua tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Autoridade parental, in *Manual de Direito das famílias e das Sucessões* (coord.: Ana Carolina Brochado Teixeira e Gustavo Pereira Leite Ribeiro). Belo Horizonte: Del Rey/Mandamentos, 2008.

TEIXEIRA, Gisele. *Nem um passo atrás*. Disponível em:
<<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/direitos-transgeneros-na-argentina>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

THOMAZ, Danilo. *Reduzida por homicídios, a expectativa de vida de um transexual no Brasil é de apenas 35 anos*. Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/01/reduzida-por-homicidios-expectativa-de-vida-de-um-transexual-no-brasil-e-de-apenas-35-anos.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *TSE aprova uso do nome social de candidatos na urna*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/tse-aprova-uso-do-nome-social-de-candidatos-na-urna>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

_____. *TSE publica portaria que regulamenta a inclusão do nome social no cadastro de eleitores*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-publica-portaria-que-regulamenta-a-inclusao-do-nome-social-no-cadastro-de-eleitores>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

UNICEF BRASIL. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html>. Acesso em: 04 fev. 2019.

UOL. *Argentina lança protocolo para respeitar direitos LGBT em ações policiais*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/10/30/argentina-lanca-protocolo-para-respeitar-direitos-lgbt-em-acoes-policiais.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

VEDOVATO, Luis Renato. *Será que é real? (PL 145/2015, Município de Campinas)*. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/direito-e-sociedade/sera-que-e-real-pl-1452015-municipio-de-campinas/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Bioética e direito*. 2. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003.

ZANELLO, Valeska. Violência contra a Mulher: o papel da cultura na formação de meninos e meninas. In: *Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: TJDF, 2017. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/centro-judiciario-mulher/e-book-maria-da-penha-vai-a-escola>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ANEXO I – PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO

PROJETO DE LEI Nº _____/_____

Dispõe sobre o direito à identidade de gênero
e altera dispositivos da Lei n. 6.015/73
(Lei de Registros Públicos) e da Lei n. 8.069/90
(Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI JOÃO W. NERY

LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Toda pessoa tem direito:

I – ao reconhecimento de sua identidade e expressão de gênero;

II – ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade ou expressão de gênero;

III – a ser tratada de acordo com sua identidade ou expressão de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é neles registrada.

Art. 2º – Entende-se por identidade de gênero a vivência interna e individual deste tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído ao nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo e levando-se em consideração as peculiaridades do desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo.

Parágrafo único. O exercício do direito à identidade de gênero e sua expressão pode envolver, mas não exige, a modificação da aparência ou da função corporal através de meios farmacológicos, cirúrgicos, hormonais ou de outra índole, desde que isso seja livremente escolhido, informado e consentido, além de outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de fala e maneirismos.

Art. 3º – Toda pessoa, independentemente de sua idade, poderá solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem registradas na documentação pessoal, sempre que não coincidam com a sua identidade ou expressão de gênero autopercebida.

Art. 4º – Toda pessoa que solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem, em virtude da presente Lei, deverá observar os seguintes procedimentos:

I – se o solicitante, sendo alfabetizado, for maior de dezoito anos ou emancipado, deverá, diretamente no Cartório de Registro competente:

a) apresentar uma solicitação escrita, livre de qualquer formalidade, na qual deverá manifestar que, de acordo com a presente Lei, requer a retificação registral de seu nome, sexo e imagem e a emissão de novos documentos pessoais correspondentes, conservando os números originais;

b) indicar de maneira expressa, na solicitação escrita mencionada na alínea anterior, o(s) novo(s) prenome(s) e o sexo escolhidos para que sejam inscritos;

II – se o solicitante não alfabetizado for maior de dezoito anos, deverá, diretamente no Cartório de Registro competente:

a) manifestar verbalmente a intenção de proceder à retificação registral de seu nome, sexo e imagem e de emissão de novos documentos pessoais correspondentes, conservando os números originais, o que será devidamente reduzido a termo pelo oficial competente;

b) indicar de maneira verbal, no momento da redução a termo mencionada na alínea anterior, o(s) novo(s) prenome(s) e o sexo escolhidos para que sejam inscritos;

III – se o solicitante for menor de dezoito anos e não emancipado, deverá:

a) diretamente no Cartório de Registro competente, apresentar uma solicitação escrita, livre de qualquer formalidade, firmada por seus representantes legais e em expressa conformidade com a vontade da criança ou do adolescente, na qual deverá manifestar que, de acordo com a presente Lei, requer a retificação registral de seu nome, sexo e imagem e a emissão de novos documentos pessoais correspondentes, conservando os números originais.

b) não havendo o consentimento de seus representantes legais, pleitear o seu suprimimento judicial, mediante tramitação prioritária de procedimento sumaríssimo com assessoria integral e gratuita pela Defensoria Pública e com intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, devendo-se sempre levar em consideração os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança e do adolescente. Além disso, o juiz contará com o auxílio de uma equipe multidisciplinar à disposição do Juízo, podendo deferir a produção de prova pericial pertinente, bem como a oitiva de testemunhas e, não havendo contraindicações, o depoimento pessoal das partes.

Parágrafo único. Em nenhum caso serão requisitos para a retificação do registro:

I – intervenção cirúrgica de transgenitalização total ou parcial;

II – terapias hormonais;

III – qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico;

IV – autorização judicial, salvo nos casos expressamente previstos nesta Lei.

Art. 5º – Cumpridos os requisitos estabelecidos no artigo anterior, sem necessidade de nenhum trâmite judicial ou administrativo não previsto expressamente nesta Lei, o/a funcionário/a autorizado/a do cartório deverá:

I – registrar no registro civil das pessoas naturais a mudança de sexo e prenome(s);

II – emitir uma nova certidão de nascimento e uma nova carteira de identidade que reflitam a mudança realizada;

III – informar imediatamente aos órgãos responsáveis pelos registros públicos para que se realize a atualização de dados eleitorais, de antecedentes criminais, peças judiciais e outros que se repute necessários.

§ 1º – Nos novos documentos, fica proibida qualquer referência à presente Lei ou à identidade anterior, salvo com autorização por escrito do solicitante.

§ 2º – Os trâmites previstos na presente Lei serão gratuitos, pessoais, e não será necessária a intermediação de advogados/as ou gestores/as.

§ 3º – Os trâmites de retificação de sexo e prenome(s) realizados em virtude da presente Lei serão sigilosos. Após a retificação, só poderão ter acesso à certidão de nascimento original aqueles que contarem com autorização escrita de seu titular ou por determinação judicial.

§ 4º – Não se dará qualquer tipo de publicidade à mudança de sexo e prenome(s), salvo expressa autorização pelo/a titular dos dados. Não será realizada a publicidade na imprensa que estabelece a Lei n. 6.015/73 (arts. 56 e 57).

Art. 6º – A retificação do registro civil, nos termos do artigo 4º desta Lei, não alterará a titularidade dos direitos e obrigações jurídicas que pudessem corresponder à pessoa com anterioridade à mudança registral, nem daqueles que provenham das relações próprias do Direito de Família em todas as suas ordens e graus, as quais se manterão inalteráveis, incluída a adoção.

§ 1º – Da alteração do prenome em cartório prosseguirá, necessariamente, a mudança de prenome e gênero em qualquer outro documento, como diplomas, certificados, carteira de identidade, CPF, passaporte, título de eleitor, Carteira Nacional de Habilitação e Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 2º – A efetivação das alterações mencionadas no parágrafo anterior poderá ser realizada por simples solicitação ao órgão, autoridade ou qualquer responsável competente.

§ 3º – Preservará a maternidade ou paternidade da pessoa trans no registro civil de seus/suas filhos/as, retificando automaticamente também tais registros civis, se assim solicitado, independente da vontade da outra maternidade ou paternidade.

§ 4º – Preservará o matrimônio da pessoa trans, também retificando automaticamente, se assim solicitado, a certidão de casamento, independentemente de configurar uma união homoafetiva ou heteroafetiva.

§ 5º – Em qualquer caso, serão mantidos os números do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do solicitante como garantia da continuidade jurídica de suas relações anteriores.

Art. 7º – É dever do Estado garantir o acesso integral, igualitário e gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde, a todos os transgêneros, transexuais, travestis e intersexuais que pretendam se submeter a qualquer dos acompanhamentos, tratamentos, procedimentos ou intervenções referentes ao processo transgenitalizador, observadas as limitações expressas nesta Lei.

Art. 8º – Toda pessoa transgênera, transexual, travesti ou intersexual, a fim de adequar seu corpo ou sua mente à sua identidade ou expressão de gênero autopercebida, poderá recorrer, junto ao Sistema Único de Saúde, por meio de sua atenção básica e/ou especializada:

I – independentemente de sua idade, a acompanhamento clínico e psicológico;

II – a partir dos oito (8) anos de idade, ao bloqueio de puberdade;

III – a partir dos catorze (14) anos de idade, aos tratamentos de hormonioterapia e demais procedimentos simples, desde que reversíveis;

IV – a partir dos dezoito (18) anos de idade, às intervenções cirúrgicas irreversíveis totais ou parciais.

§ 1º – Em todos os casos, será requerido apenas o consentimento informado da pessoa adulta e capaz. Não será necessário qualquer tipo de diagnóstico ou tratamento médico, hormonal, psicológico ou psiquiátrico, ou autorização judicial ou administrativa, salvo exigência expressa desta Lei.

§ 2º – No caso das pessoas que ainda não tenham dezoito (18) anos de idade e não sejam emancipadas, a submissão às medidas previstas neste artigo dependerá de autorização escrita de seus responsáveis legais, podendo ser pleiteado o suprimento judicial deste consentimento nos termos do art. 4º, III, “b”, desta Lei.

§ 3º – Todas as medidas indicadas neste artigo serão devidamente acompanhadas por uma equipe multidisciplinar composta por médico-psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo, assistente social e, no caso de crianças e adolescentes, pediatra.

§ 4º – Qualquer das intervenções previstas neste artigo somente poderá ser negada no caso de eminente risco de dano grave à saúde física ou mental do paciente que se submeteria à medida, mediante laudo fundamentado elaborado pela equipe multidisciplinar.

§ 5º – A necessidade de continuidade do acompanhamento mencionado no inciso I deste artigo será continuamente avaliada pela equipe multidisciplinar.

§ 6º – As idades mínimas definidas nos incisos II a IV deste artigo não possuem fixação absoluta, ficando sua flexibilização, para mais ou para menos, a critério de parecer fundamentado a ser elaborado pela equipe multidisciplinar, o qual deverá levar em consideração as peculiaridades do desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo.

§ 7º – Havendo discordância com o laudo ou com o parecer da equipe multiprofissional mencionados nos §§ 4º, 5º e 6º, poderá o indivíduo interessado pleitear a autorização judicial para submissão às medidas pretendidas. Caso o solicitante seja menor de dezoito anos e não emancipado, observar-se-á o disposto no art. 4º, III, “b”, desta Lei.

§ 8º – A idade máxima para submissão aos procedimentos mencionados neste artigo é de setenta e cinco (75) anos, exceto ao elencado no inciso I, para o qual não existe limitação.

Art. 9º – O acompanhamento pela equipe multidisciplinar, em qualquer das hipóteses de que tratam esta Lei, inclusive para submissão a procedimentos cirúrgicos irreversíveis, não possui limitações temporais mínimas nem máximas, ficando sua necessidade e sua continuidade condicionadas à avaliação continuada a ser realizada pela equipe multidisciplinar.

Parágrafo único. Ao disposto no *caput* deste artigo também se aplica a previsão do art. 8º, §7º.

Art. 10 – Além do Sistema Único de Saúde, os tratamentos referidos no art. 8º também deverão ser oferecidos pelas operadoras definidas nos incisos I e II do §1º do art. 1º da Lei n. 9.656/98, por meio de sua rede de unidades conveniadas.

Parágrafo único. É vedada a exclusão de cobertura ou a determinação de requisitos distintos daqueles especificados na presente Lei para a realização dos procedimentos elencados.

Art. 11 – Deverá ser respeitada a identidade de gênero adotada pelas pessoas que usem um prenome distinto daquele que figura em seus documentos pessoais e ainda não tenham realizado a retificação registral.

§ 1º – O nome social requerido deverá ser usado para a citação, chamadas e demais interações verbais ou registros em âmbitos públicos ou privados.

§ 2º – Caberá a todos os órgãos, instituições e estabelecimentos, públicos e privados, a observância do respeito à identidade e à expressão de gênero dos indivíduos, inclusive capacitando seus servidores e funcionários para que seja

realizado um atendimento respeitoso aos transgêneros, transexuais, travestis e intersexuais.

Art. 12 – Caberá ao Poder Público, em âmbitos federal, estadual e municipal, a promoção de políticas públicas visando à conscientização da população acerca do disposto nesta Lei e à garantia de sua efetividade.

Art. 13 – Os pais e/ou responsáveis legais que, após o suprimento judicial de seu consentimento para a aplicação de qualquer medida disposta nesta Lei, obstaculizarem sua efetivação de qualquer forma, estarão sujeitos à penalidade de advertência a ser imposta pelo juiz mediante provocação de qualquer interessado, da Defensoria Pública ou do Ministério Público.

Parágrafo único. A reiteração da conduta descrita no *caput* deste artigo, configurada pela imposição de três advertências, poderá ensejar a suspensão ou a perda do poder familiar, nos moldes dos artigos 1.637, *caput*, e 1.638, inciso IV, ambos do Código Civil (Lei n. 10.406/02), a serem apuradas em ação própria.

Art. 14 – Toda pessoa transgênera, transexual, travesti ou intersexual tem direito ao uso do nome social nos registros escolares e acadêmicos da Educação Básica e Superior do país, o que deverá ser solicitado durante a matrícula ou a qualquer momento.

Parágrafo único. No caso de estudantes menores de dezoito (18) anos de idade e não emancipados, a solicitação deverá ser realizada por meio de seus representantes legais ou, ausente o consentimento destes por qualquer motivo, poderá ser pleiteado o seu suprimento judicial nos termos do art. 4º, III, “b”, desta Lei.

Art. 15 - Toda norma, regulamentação ou procedimento deverá respeitar o direito humano à identidade e à expressão de gênero das pessoas, devendo interpretá-los e aplicá-los sempre em favor do acesso a esse direito.

Art. 16 – Deverão ser observadas, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei, as regulamentações pertinentes ao tema editadas pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 17 – O artigo 58 da Lei n. 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. O prenome será definitivo, exceto nos casos de discordância com a identidade ou expressão de gênero autopercebida, para os quais se aplicará a Lei de Identidade de Gênero. Admite-se, também, a substituição do prenome por apelidos públicos notórios.

Art. 18 – Os artigos 3º, 4º, 5º, 16 e 18, todos da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º, Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à diversidade sexual e de gênero, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, preconceito, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
II - opinião e expressão, esta inclusive em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero;

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório, constrangedor, discriminatório ou preconceituoso.

Art. 19 – Revogam-se todas as normas e dispositivos que sejam contrários às disposições desta Lei.

Art. 20 – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, __ de _____ de ____.